

Publicação da Secretaria de Política Agrícola  
do Ministério da Agricultura e Pecuária,  
editada pela Embrapa

e-ISSN 2317-224X  
ISSN 1413-4969  
Página da revista: [www.embrapa.br/rpa](http://www.embrapa.br/rpa)

## Artigo

# Emprego e estabelecimentos agropecuários

## Explorando tendências contraditórias

**Resumo** – Este trabalho busca compreender as tendências recentes e aparentemente contraditórias no mercado de trabalho agropecuário brasileiro, em que há, ao mesmo tempo, redução substancial da população ocupada (PO) e estabilidade do número de estabelecimentos agropecuários. São utilizadas técnicas de estatística descritiva, aplicadas aos dados de diferentes pesquisas: censos agropecuários, microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e microdados da Pnad Contínua. Os resultados mostram que, entre 2006 e 2017, o número de estabelecimentos foi sustentado pelo crescimento marcante observado na agricultura não familiar. Por sua vez, a queda da PO na agropecuária derivou exclusivamente da redução observada na agricultura familiar, que vivenciou, simultaneamente, redução do número de estabelecimentos e da PO média por estabelecimento. Pela perspectiva regional, observou-se que a queda geral da PO no período ocorreu sobretudo nas regiões Nordeste e Sul, onde a agricultura familiar sofreu redução significativa. Já a estabilidade do número total de estabelecimentos foi sustentada por avanços nas novas fronteiras agrícolas, no Norte e no Centro-Oeste, bem como pelo aumento, muito expressivo, do número de estabelecimentos não familiares no Nordeste. Os dados da versão anual da Pnad corroboraram a tendência de queda da PO mostrada pelos censos. Os dados da versão contínua da Pnad, que permitem analisar o período mais recente, mostram que as tendências persistiram, com o número de pessoas ocupadas na agropecuária caindo 15% entre 2012 e 2022.

**Palavras-chave:** conta própria, economia agrícola, trabalho agrícola.

Jan Marc Paes de Barros Smid   
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

Nicole Rennó Castro   
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"  
Autor correspondente [nicole.castro@usp.br](mailto:nicole.castro@usp.br)

**Recebido**  
21/11/2024

**Aceito**  
27/12/2024

**Como citar**  
SMID, J.P.M de B.; CASTRO, N.R. Emprego e estabelecimentos agropecuários: explorando tendências contraditórias. *Revista de Política Agrícola*, v.33, e02005, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2024.v33.02005>.

## Employment and number of agricultural establishments: exploring contradictory trends

**Abstract** – This paper contributes to understanding recent and seemingly contradictory trends in the Brazilian agricultural labor market, where there is a substantial reduction in the employed population, concurrent with stability in the number of agricultural establishments. Techniques of Descriptive statistical are applied to data from various sources: Agricultural Censuses, microdata from the National Household Sample Survey (PNAD), and microdata from the Continuous PNAD. The findings indicate that, between 2006 and 2017, the number of establishments was sustained by marked growth in non-family agriculture. Meanwhile, the decline in the employed population in agriculture was solely due to reductions in family farming, which simultaneously saw a decrease in the number of establishments and the average population per establishment. Regionally, the overall employment drop during this period was concentrated in the Northeast and South, where family farming experienced significant reductions. The stability in the total number of establishments was supported by expansions in new agricultural frontiers in the North and Center-West, as well as a marked increase in non-family establishments in the Northeast. Annual PNAD data confirmed the downward trend in the number of employed individuals, as indicated by the census. Moreover, data from the Continuous PNAD, allowing analysis of the most recent period, revealed that these trends persisted, with the number of people employed in agriculture decreasing by 15% between 2012 and 2022.

**Keywords:** self-employment, agricultural economy, agricultural labor.

### Introdução

Uma tendência clara e amplamente discutida no contexto do mercado de trabalho agropecuário é a redução da população ocupada (PO) no setor ao longo do tempo. Segundo informações dos censos agropecuários, 23,4 milhões de pessoas trabalharam na agropecuária em 1985; 17,9 milhões em 1995; 16,5 milhões em 2006; e 15,1 milhões em 2017 – redução de 35% entre 1985 e 2017 (IBGE, 2024).

Por um lado, trata-se de um processo esperado: quando um país se desenvolve, o papel da agricultura como empregadora tende a diminuir e há, inclusive, um deslocamento desse papel empregador, dentro do agronegócio, para as agroindústrias e os agrosserviços (Christiaensen et al., 2020). Por outro, esse movimento pode ocorrer em diferentes velocidades e intensidades ao longo do tempo, a depender de aspectos específicos da demanda e da oferta de trabalho no setor. Entre 1991 e 2021, a rapidez de redução da participação do emprego agrícola no emprego total no Brasil superou a média mundial, conforme dados da International Labour Organization (ILO, 2023): de 18,8% para 9,7%, ou 48%; no mundo, a participação caiu de 43,4% para 26,4%, ou 39% (ILO, 2023).

Muitos fatores explicam a redução no caso do Brasil. Primeiramente, com a intensa mecanização da agropecuária, houve queda da demanda de

mão de obra via substituição de trabalho por capital (Garcia, 2014). Os estabelecimentos mais produtivos são, em comparação aos demais, aqueles que possuem maior faixa de renda (Helfand et al., 2014) e, portanto, maior capacidade de investimento. A expansão da adoção do fator capital – pelo uso mais intensivo de tecnologia e profissionais qualificados, entre outros –, vista nos últimos anos, gerou maior produtividade por hectare e implicou a diminuição da mão de obra humana necessária, principalmente a braçal.

Mas, além desse efeito mais direto, a modernização redefiniu as condições de concorrência e rentabilidade, implicando uma hegemonia da agricultura moderna (Buainain et al., 2013). De certa forma, a maior produtividade das lavouras, por possibilitar a queda dos preços dos alimentos, gera benefícios em questões como a insegurança alimentar e a fome. Apesar disso, constata-se aumento do consumo intermediário dos estabelecimentos agrícolas (Conterato et al., 2014), que, quando ponderado com o menor preço dos produtos alimentícios, causa o recuo da renda líquida do produtor (Alves et al., 2012), sobretudo do pequeno produtor.

Da mesma forma, embora os aumentos de produtividade tenham gerado importante expansão da produção agrícola, eles não causaram expansão dos empregos. Cada vez mais, observa-se na agropecuária brasileira a concentração da pro-

dução na mão de poucos produtores, a partir da acentuação de outro importante fator de produção: o capital. Em 2006, apenas 0,62% dos estabelecimentos produziram 51,19% de todo o valor bruto da produção (VBP) da agropecuária nacional, enquanto 66,01% produziram apenas 3,27% (Alves et al., 2012).

Essa redefinição da concorrência tem então duas implicações no contexto deste estudo: i) especialização produtiva no sentido da concentração em atividades mais dinâmicas e produtivas e menos intensivas em trabalho (Buainain et al., 2013; Blanco & Raurich, 2022); e ii) eliminação ou marginalização de produtores que não aderem aos padrões tecnológicos (Buainain et al., 2013; Garcia, 2014). Buainain et al. (2013) afirmam que o encurralamento e a marginalização de grande parte dos estabelecimentos rurais, especialmente os de menor porte econômico, têm-se acentuado.

Além disso, outro fator que contribui para a redução da PO agropecuária tem relação com mudanças demográficas. Muitos estabelecimentos agrícolas, principalmente os de menor porte, são conduzidos por membros da família, e a administração, frequentemente, é passada “de pai para filho”. Entretanto, nos últimos anos, tem-se observado a procura de novas oportunidades empregatícias, fora das lavouras, para os membros mais novos das famílias (Buainain et al., 2013). Então, o crescente desinteresse dos jovens pelo negócio familiar causa um “envelhecimento” prejudicial a esses produtores, pois eles tendem a ter menos educação formal do que os mais jovens, o que reduz sua produtividade em relação aos mais afortunados (Helfand et al., 2014).

Conforme a Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2012 a 2022 a PO diminuiu 15%, ou em 1,4 milhão de pessoas, redução que se concentrou nas categorias de trabalhadores por conta própria (-16% ou 692 mil pessoas) e de trabalhadores familiares auxiliares (-50% ou 866 mil pessoas) (IBGE, 2023b). Segundo o IBGE (2014), o trabalhador por conta própria é o que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar; Já o trabalhador familiar auxiliar é

aquele que trabalha sem receber pagamento em ajuda a membro do domicílio que é conta própria, empregador ou empregado. De 2012 a 2022, não houve redução nos números de empregados e empregadores da agropecuária (IBGE, 2023b).

Já a Pnad Anual de 2004 a 2012 revela redução de 30% da PO (excluído o trabalhador de autoconsumo<sup>1</sup>), distribuída da seguinte forma: -60% ou 2,6 milhões para trabalhadores não remunerados; -15% ou 752 mil para empregados; -16% ou 743 mil para conta própria; e -43% ou 240 mil para empregadores (IBGE, 2023a). O trabalhador não remunerado, nesse caso, tem definição análoga à do trabalhador familiar auxiliar da Pnad Contínua (IBGE, 2013).

Em resumo, entre 2004 e 2012, o número de trabalhadores por conta própria e familiares auxiliares reduziu cerca de 3,3 milhões; entre 2012 e 2021, a queda foi de 1,5 milhão para as mesmas posições na ocupação.

Apesar desse cenário, não se tem observado tendência de redução no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil (Helfand et al., 2014), o que, a princípio, parece contraditório. Helfand et al. (2014), com base nos censos agropecuários de 1970 a 2006, mostraram que o número de estabelecimentos se manteve bastante estável nesse período; ainda, houve notável estabilidade nas parcelas de estabelecimentos em grandes grupos por tamanho: a parcela de estabelecimentos com menos de 10 ha caiu de 51,4% para 50,3%. Segundo os autores, essa persistência dos pequenos e médios estabelecimentos decorre de três principais fatores. Primeiro, uma minoria deles é competitiva e não está marginalizada. Em segundo lugar, muitos desses produtores já possuem idade avançada e muito dificilmente receberão novas oportunidades empregatícias, além de o vínculo familiar entre eles ser muito forte – logo esse “ramo familiar” tende a persistir, embora com menor produtividade em relação aos maiores produtores. Por fim, há diversas políticas públicas que possibilitam que famílias de estabelecimentos inviáveis economicamente se mantenham na agricultura, como a aposentadoria rural e o Bolsa Família.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é investigar o que pode explicar essas tendências aparentemente contraditórias: de redução da po-

<sup>1</sup> O contingente de autoconsumo não é avaliado na versão contínua da Pnad. Para conhecimento, tal contingente oscilou com tendência de elevação entre 2004 e 2012, passando de 3,4 milhões para 3,7 milhões de trabalhadores.

pulação ocupada por conta própria na agropecuária simultaneamente à estabilidade no número de estabelecimentos agropecuários no País. Para isso, é necessário avaliar de forma conjunta diferentes bases de dados secundários.

Uma melhor compreensão desses movimentos é de extrema relevância, seja pela vulnerabilidade socioeconômica dos envolvidos, seja pelo possível agravamento do quadro diante da continuidade e ampliação do processo anteriormente descrito, no contexto da acelerada revolução digital. Com a revolução digital, esperam-se novas mudanças na razão capital/trabalho na produção agropecuária e, com isso, na demanda de trabalho e nos padrões de concorrência (Christiaensen et al., 2020).

## Metodologia

### Fontes de dados

São as seguintes as bases de dados exploradas, todas do IBGE: censos agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017, principalmente os dois últimos, por causa da disponibilidade de certas classificações; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) de 2012 a 2022; e Pnad versão anual (Pnad-A) de 2006 a 2015, sendo 2006 escolhido como o ano inicial para que houvesse consistência temporal com a análise com base no censo.

Quanto às Pnads, é importante frisar que não é possível comparar os dados das pesquisas anuais com aquelas das pesquisas contínuas de 2012 em diante. Primeiramente, existe uma diferença conceitual na definição de pessoa ocupada entre as duas. Na Pnad-C, o IBGE não considera como ocupada a pessoa que desenvolveu apenas trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, e esses trabalhadores são considerados como ocupados na versão anual da Pnad (IBGE, 2015). Essa diferença deve ser considerada na análise e interpretação dos resultados. Mesmo que se faça uma compatibilização dessa definição, o que é possível, há outras diferenças importantes: a Pnad-C é trimestral, de modo que ela capta melhor o emprego agropecuário, que é afetado por padrões sazonais; a Pnad-C avalia o tema do trabalho apenas para pessoas de 14 anos ou mais, ao passo que a Pnad-A considera o corte em cinco

ou dez anos, a depender do ano da pesquisa (IBGE, 2014, 2015).

Os dados sobre as pessoas ocupadas na agropecuária foram analisados de forma desagregada para as diferentes posições na ocupação, e as categorias avaliadas são as seguintes, com as definições do IBGE (2014):

- Conta própria e empregador (CP-EMP) – pessoa que trabalhava explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar (trabalhadores por conta própria) e a pessoa que trabalhava explorando o próprio empreendimento, com pelo menos um empregado (empregadores).
- Empregados (EMP) – pessoa que trabalhava para um empregador, com (EMPC) ou sem (EMPSC) carteira de trabalho assinada. Essa categoria envolve empregados do setor privado ou público, empregados domésticos e também militares (neste último caso, números irrisórios ou nulos dentro da agropecuária).
- Não remunerado (NR) – pessoa que trabalhava sem remuneração em ajuda na atividade econômica de membro do domicílio ou de parente residente em outro domicílio. Na Pnad-A, esse trabalhador é denotado por “não remunerados” e na Pnad-C, por “trabalhador familiar auxiliar” – as definições são análogas (IBGE, 2014, 2015).
- Subsistência (SUB) – pessoa que produzia exclusivamente para o próprio consumo. Como já mencionado, os dados para o trabalho de subsistência não existem na Pnad-C.

Deve-se considerar que a Pnad é uma pesquisa realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, focada no tema do trabalho e do emprego, e não específica da agropecuária, que obtém seus dados pela aplicação de questionários aos moradores (IBGE, 2015). Os moradores respondentes informam ao IBGE em qual setor de atividade atuam (se relatam que atua na agropecuária, então são foco da pesquisa) e qual a posição da ocupação. Já para o censo agropecuário, a unidade de investigação é o estabelecimento agropecuário. No caso do censo agropecuário, a PO pode ser desagregada

em produtores rurais e trabalhadores com laços de parentesco com o produtor e trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor.

Para comparação entre as pesquisas, entende-se que a categoria de trabalhadores por conta própria e empregadores diz respeito essencialmente aos produtores rurais (que produziam para além do autoconsumo no caso da Pnad-C). Já a categoria dos não remunerados nas Pnads tem sobreposição com a dos trabalhadores com laços de parentesco com o produtor no censo. Os empregados, por sua vez, com ou sem carteira assinada, são, no censo, essencialmente os trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor. Mas, essa comparação não é exata: os trabalhadores com laços de parentesco com o produtor, caso remunerados com um salário, também podem ser classificados como empregados na Pnad; ou, se há, por exemplo, uma divisão na gestão do estabelecimento, o trabalhador com laço de parentesco no censo poderia ser classificado como conta própria ou empregador na Pnad. Essas questões serão consideradas na interpretação dos resultados.

## Método

Este estudo é do tipo facts finding research, como feito por Jones (2006). O método consiste na identificação qualitativa de fatos e variáveis relevantes sobre o fenômeno estudado e posterior análise do comportamento dessas variáveis, permitindo assim que sejam estabelecidas hipóteses que compatibilizam os fatos verificados com aspectos teóricos e empíricos (Jones, 2006; Silva et al., 2023).

**Tabela 1.** População ocupada e estabelecimentos na agropecuária brasileira em 1995, 2006 e 2017.

Ano	PO	Varição (%)	Número de estabelecimentos	Varição (%)
2017	15.105.125	-8,83	5.073.324	-1,98
2006	16.568.205	-7,60	5.175.636	6,50
1995	17.930.890		4.859.865	

Fonte: elaborado com dados de IBGE (2024).

**Tabela 2.** Ramificação da população ocupada em presença ou não de laço de parentesco entre o empregado e o produtor rural.

	PO	
	Com laço de parentesco	Sem laço de parentesco
2017	11.101.533	4.003.592
2006	12.801.406	3.766.799
Var. (%)	-13,28	6,29

Fonte: elaborado com dados de IBGE (2024).

Com tal abordagem, busca-se esclarecer ou modificar premissas a respeito do fenômeno estudado: as tendências, aparentemente contraditórias, de redução da PO por conta própria na agropecuária concomitante à estabilidade do número de estabelecimentos agropecuários no País.

## Resultados e discussão

### Análise dos dados dos censos agropecuários

A Tabela 1 mostra os dados gerais sobre a PO na agropecuária em 1995, 2006 e 2017.

Percebe-se a clara diminuição da PO com o passar do tempo. Na comparação entre os anos extremos, 1995 e 2017, a redução chegou a 16%, o equivalente a 2,82 milhões de trabalhadores a menos na agropecuária. Já para o número de estabelecimentos agropecuários não é observada tendência de redução: na comparação entre 1995 e 2017, o número de estabelecimentos cresce 4,39%, embora caia ligeiramente, 1,98%, de 2006 para 2017.

Para explorar o que está por trás desses movimentos opostos, dados adicionais são compilados e analisados. A Tabela 2 mostra a ramificação da PO pela relação de parentesco do trabalhador com o empregador. Entre 2006 e 2017, há um processo de “profissionalização” do meio agropecuário, pois a população ocupada mais atingida pela diminuição da PO é aquela em que há laço de parentesco com o produtor – queda de 13,28% ou cerca de 1,7 milhão de trabalhadores. Porém, vale ressaltar que,

ainda com o aumento da relação sem laço de parentesco, há diminuição líquida da PO: o aumento, de 6,29%, ou apenas 236,8 mil trabalhadores, não absorve toda a perda numérica dos trabalhadores com laço de parentesco. Esse dado indica que as perdas maiores de contingentes de ocupados na agropecuária devem ter ocorrido em estabelecimentos familiares.

Então, além de observar a qualidade da relação empregatícia dessa PO, deve-se analisar a evolução desse número em relação ao tipo de estabelecimento agropecuário: agricultura familiar ou agricultura não familiar. A Tabela 3 mostra a evolução da PO e do número de estabelecimentos.

Houve redução da PO na agricultura familiar e um aumento na não familiar, o que pode estar diretamente interligado com o fenômeno descrito da “profissionalização” da agropecuária: a agricultura familiar, bem como o vínculo empregatício familiar, perde, cada vez mais, espaço para o modelo “profissional” de produção. Com isso, menos pessoas são empregadas na agropecuária geral, há menos espaço para a agricultura familiar, e há uma predominância crescente da agricultura não familiar.

O contraste dessa informação com a do número de estabelecimentos traz uma informação relevante. O que é intrigante é que, em uma década, o número de estabelecimentos não familiares cresceu 45,29%, enquanto o número de estabelecimentos familiares caiu 10,74%. Portanto, conforme a agri-

cultura não familiar avança, a agricultura familiar perde espaço, com menos estabelecimentos agropecuários, menos PO e menor presença de laços de parentesco entre produtores e trabalhadores.

Porém, ainda que a agricultura não familiar tenha avançado substancialmente nos últimos anos, observa-se um menor avanço do número de pessoal diante do aumento do número de estabelecimentos; isso pode ser explicado pelo maior uso da tecnologia, do capital e não do trabalho, e da mão de obra relativamente mais qualificada que esse tipo de agricultura, em média, emprega.

Portanto, a queda de PO foi mais intensa do que a queda de estabelecimentos na agricultura familiar; na agricultura não familiar, o aumento do número de estabelecimentos supera em grande medida o aumento da PO.

A Tabela 4 mostra que, de maneira geral, houve diminuição da PO média por estabelecimento. Esse movimento foi mais intenso entre 1995 e 2006, quando a média decresceu de 3,69 para 3,2 trabalhadores por estabelecimento.

O número médio de trabalhadores caiu nos dois casos entre 2006 e 2017, mas de forma bastante mais intensa (-19,1%) nos estabelecimentos não familiares. No caso da agricultura não familiar, esse fenômeno deve refletir, como já mencionado, um avanço pautado na modernização, com mais estabelecimentos menos intensivos no uso de trabalho

**Tabela 3.** Evolução da população ocupada e do número de estabelecimentos desagregado por estabelecimento familiar e não familiar.

	PO		Número de estabelecimentos	
	AF	ANF	AF	ANF
2017	10.115.559	4.989.566	3.897.408	1.175.916
2006	12.323.110	4.245.095	4.366.267	809.369
Var.(%)	-17,91	17,54	-10,74	45,29

Nota: AF = agricultura familiar; ANF = agricultura não familiar.  
 Fonte: elaborado com dados de IBGE (2024).

**Tabela 4.** Evolução da população ocupada média por tipo de estabelecimento agropecuário.

	PO média em cada estabelecimento			
	AF	ANF	Total	Var. (%)
2017	2,60	4,24	2,98	-6,99
2006	2,82	5,24	3,20	-13,24
1995	Sem dados	Sem dados	3,69	
Var. (%)	-8,04	-19,10		

Nota: AF = agricultura familiar; ANF = agricultura não familiar.  
 Fonte: elaborado com dados de IBGE (2024).

e mais intensivos no uso de capital. No caso da agricultura familiar, parte da queda da PO média pode refletir também essa modernização. Mas, além disso, o recuo decorre tanto da redução do tamanho médio das famílias quanto da pluriatividade – quando membros da família buscam ocupações fora das lavouras (o que pode ocorrer sobretudo para jovens e mulheres à procura de novas e melhores oportunidades em outros mercados).

Tais resultados explicam o que está por trás das tendências aparentemente contraditórias exploradas neste estudo. Fica evidente que os resultados médios da agropecuária escondem comportamentos opostos entre a agricultura familiar e a não familiar. Em resumo, observou-se que a expressiva redução da PO ocorreu apenas na agricultura familiar, ao passo que o número de estabelecimentos de fato permaneceu praticamente inalterado, uma estabilidade que decorreu de movimentos opostos entre as tipologias. Em outras palavras, o número de estabelecimentos foi sustentado pelo crescimento marcante observado na agricultura não familiar, que não aumentou na mesma magnitude seu uso de trabalho.

Um estudo do Ipea (Delgrossi & Basaldi, 2020) converge para a ideia de que a redução da PO na agricultura familiar está associada à diminuição do número de estabelecimentos agropecuários desse tipo – principalmente aqueles de até 20 hectares, que são os mais numerosos e os mais intensivos em mão de obra. Além disso, o estudo aponta que programas governamentais de crédito para mecanização podem também ter impactado a diminuição da PO (Delgrossi & Basaldi, 2020). Por fim, o estudo aponta que o crescimento da PO na agricultura não familiar está associado à migração da mão de obra da agricultura familiar para a não familiar, por causa do fenômeno da pluriatividade (Delgrossi & Basaldi, 2020).

Aborda-se agora a questão por uma perspectiva regional. Sem desagregação por tipologia, a Tabela 5 mostra que a queda da PO entre 2006 e 2017 refletiu as reduções registradas no Nordeste (-17,2% ou -1.322.374 pessoas), Sul (-19,8% ou -579.579 pessoas) e, em menor medida, Sudeste (-2,9% ou -95.672 pessoas). Já a população ocupada cresceu significativamente no Norte (21,4% ou 354.642 pessoas) e Centro-Oeste (17,8% ou 179.903 pessoas), regiões caracterizadas pela expansão mais recente da fronteira agrícola.

Por tipologia, conforme a Tabela 5, a PO na agricultura não familiar cresceu em todas as regiões, mesmo naquelas que registraram queda da PO em termos agregados. Destaques para o Norte e o Centro-Oeste, com crescimentos de 64,53% e 32,09%, respectivamente. Três regiões – Nordeste, Sudeste e Sul – registraram queda da PO na agricultura familiar, cerca de dois milhões e quatrocentos mil trabalhadores, em termos absolutos. No Norte e no Centro-Oeste, a PO cresceu também para a agricultura familiar, mas a taxas bastante inferiores à do avanço da PO na agricultura não familiar. Logo, pela perspectiva regional, o comportamento médio da agropecuária traz importantes revelações. A queda global na ocupação decorre das dinâmicas observadas principalmente no Nordeste e no Sul, mas também no Sudeste, e, em todos os casos, dentro dos estabelecimentos de agricultura familiar.

Do ponto de vista geral, a Tabela 5 também confirma a tendência antes apontada: há um processo de perda da PO na agropecuária brasileira que é alavancado pela perda da PO na agricultura familiar, enquanto há um relativo crescimento de trabalhadores na agricultura não familiar. Entretanto, esse crescimento, em valores absolutos, é pequeno diante da queda na agricultura familiar.

A Tabela 6 mostra que, sem desagregação, há relativa estabilidade do número de estabele-

**Tabela 5.** Evolução da população ocupada por região e por tipo de agricultura.

Região	2017		2006		Var. (%)		Var. absoluta	
	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF
Norte	1.562.754	447.537	1.383.640	272.009	12,95	64,53	179.114	175.528
Nordeste	4.708.670	1.668.094	6.365.251	1.333.887	-26,03	25,06	-1.656.581	334.207
Sudeste	1.670.696	1.516.681	1.798.935	1.484.114	-7,13	2,19	-128.239	32.567
Sul	1.616.290	724.576	2.244.347	676.098	-27,98	7,17	-628.057	48.478
Centro-Oeste	557.149	632.678	530.937	478.987	4,94	32,09	26.212	153.691

Nota: AF = agricultura familiar; ANF = agricultura não familiar.

Fonte: elaborado com dados de IBGE (2024).

**Tabela 6.** Evolução do número de estabelecimentos agropecuários por região e por tipo de agricultura.

Região	2017		2006		Var. (%)		Var. Absoluta	
	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF	AF	ANF
Norte	480.575	100.038	412.666	63.112	16,46	58,51	67.909	36.926
Nordeste	1.838.846	483.873	2.187.131	266.929	-15,92	81,27	-348.285	216.944
Sudeste	688.945	280.470	699.755	222.342	-1,54	26,14	-10.810	58.128
Sul	665.767	187.547	849.693	156.510	-21,65	19,83	-183.926	31.037
Centro-Oeste	223.275	123.988	217.022	100.476	2,88	23,40	6.253	23.512

Nota: AF = agricultura familiar; ANF = agricultura não familiar.  
 Fonte: elaborado com dados de IBGE (2024).

cimentos entre 2006 e 2017, que também refletiu comportamentos opostos na perspectiva regional. As maiores reduções ocorreram no Sul (-15,2% ou -152.889 estabelecimentos) e no Nordeste (-5,4% ou -131.341). Em contrapartida, houve crescimento no Norte (22,0% ou 104.835), Centro-Oeste (9,4% ou 29.765) e Sudeste (5,1% ou 47.318). Na comparação entre as Tabelas 5 e 6, ainda sem considerar as tipologias, no Norte o crescimento da PO acompanhou quase à mesma taxa o crescimento do número de estabelecimentos, ao passo que no Centro-Oeste o aumento da PO superou o avanço nos estabelecimentos (neste último caso, com intensificação do uso do trabalho). No Sul, as reduções da PO e do número de estabelecimentos também foram relativamente próximas, enquanto no Nordeste a redução da PO superou em grande medida a redução do número de estabelecimentos (neste último caso, com redução importante da intensidade de uso do trabalho). No Sudeste, o número de estabelecimentos aumenta e, mesmo assim, a PO cai, também com redução da intensidade de uso do trabalho.

Por tipologia, para a agricultura não familiar, em todas as regiões houve crescimento dos números de estabelecimentos, e os destaques são o Norte e o Nordeste, com crescimentos de 58,51% e 81,27%, respectivamente. Ainda assim, nas demais regiões, também ocorreram variações expressivas, com um crescimento médio de 23,14% entre as três.

Com exceção do Norte e Centro-Oeste, os números dos estabelecimentos da agricultura familiar caíram. A região Sul, além de ser a que mais perdeu estabelecimentos no período, foi também a que obteve maior queda relativa na agricultura familiar, com recuo de 21,65% entre 2006 e 2017. Em termos absolutos, o Nordeste se destaca com a perda de 348.285 estabelecimentos familiares.

Os resultados apresentados trazem também insights importantes sobre as tendências aparentemente contraditórias avaliadas neste estudo, agora pela perspectiva regional. Os números agregados da agropecuária brasileira ocultam comportamentos regionais distintos, no seguinte sentido: a queda geral da PO entre 2006 e 2017 ocorreu sobretudo no Nordeste e no Sul, onde a agricultura familiar sofreu redução significativa, e os avanços da PO no Norte e no Centro-Oeste foram insuficientes para compensar as perdas em termos líquidos; já a estabilidade do número total de estabelecimentos foi sustentada por avanços nas novas fronteiras agrícolas, no Norte e no Centro-Oeste, com estabelecimentos familiares e não familiares, bem como por um aumento muito expressivo do número de estabelecimentos não familiares no Nordeste. No Norte e no Sul, os comportamentos dos números de estabelecimentos e de trabalhadores foram similares; no Nordeste e no Sudeste, essas dinâmicas revelaram uma tendência de redução importante da intensidade de uso do trabalho e, no Centro-Oeste, ocorreu o contrário, com o número de pessoas crescendo mais que o de estabelecimentos.

### Análise dos dados da Pnad-A e da Pnad-C

Com base nessas duas pesquisas, pode-se traçar um paralelo com os dados discutidos levantados pelos censos agropecuários, de modo a melhor compreender as tendências e acontecimentos recentes na agropecuária nacional. Como apontado na seção metodológica, optou-se por iniciar a série histórica da Pnad-A em 2006, por ser ano de censo agropecuário. Mas, como a Pnad-A foi descontinuada em 2015, não foi possível avançar até 2017 e manter a comparabilidade temporal com as informações do censo. Já para a Pnad-C, o primeiro

ano disponível da série histórica é 2012. Os dados são apresentados separadamente pois, como apontado na seção metodológica, a Pnad-A e a Pnad-C não são comparáveis.

De acordo com a Tabela 7, entre 2006 e 2015 (período similar àquele trabalhado entre os censos: 2006 e 2017), houve redução de 23,2% no total de ocupados na agropecuária em contexto nacional. Esse número, embora conflitante em ordem de grandeza com os -8,83% observados para um período similar de acordo com os censos, aponta para a mesma tendência: enfraquecimento do emprego de mão de obra no setor primário da economia.

A Tabela 7 mostra também que todos os tipos de ocupação sofreram redução em números. O destaque, porém, foi para os não remunerados (NR), com decréscimo de 63,9% e perda líquida de cerca de 2,3 milhões de trabalhadores. De maneira geral, os vínculos empregatícios mais afetados no período foram aqueles possivelmente mais relacionados à agricultura familiar: os empregados de subsistência (SUB), com variação de -8,7%; e os já mencionados não remunerados.

Outro fato que pode concordar com os dados do censo é a redução dos empregados sem carteira de trabalho (EMPSC), de 3.234.220 trabalhadores para 2.293.165, recuo expressivo de 29,1%, o que, além de simbolizar a já entendida diminuição do emprego, reitera o fenômeno explanado de “pro-

fissionalização” do emprego no meio rural, com a entrada, por exemplo, de mão de obra qualificada, que tende a ser contratada com carteira assinada. Nota-se que aqueles vínculos tipicamente associados à agropecuária “profissional”, isto é, os empregados de carteira assinada (EMPC), foram os menos afetados – praticamente estáveis, isto é, variação de -0,5% no período.

A Tabela 8 mostra que as tendências verificadas persistiram nos momentos mais atuais. Para os não remunerados, a redução, de 2012 para 2022, foi de cerca de 50%, chegando à casa de 880 mil trabalhadores; conforme a antiga metodologia, a diminuição foi de 63,9% para 2006–2015, chegando a 1,3 milhão de pessoas no último ano, diante do 1,5 milhão para o mesmo ano segundo o novo procedimento. Ressalta-se que essa divergência em valores se deve, em sua maioria, à mudança de técnica pelo IBGE, e um reflexo disso é a não contabilização dos empregados de subsistência pela Pnad Contínua, como era feita anteriormente.

A série termina, em 2022, com o número total da PO igual a 8.683.563, ou 15% menor do que em 2012. Por fim, a “profissionalização” mantém sua força. Para os empregos assalariados, sobretudo os sem carteira, essa tendência de redução não é tão marcante. Em conformidade com o que foi relatado nos outros dados, os números de CP-EMP (-14,0%) podem apontar para uma diminuição do número de

**Tabela 7.** Pnad-A – população ocupada na agropecuária, por posição na ocupação e categoria do emprego.

Ano	PO					
	Total	CP-EMP	EMPC	EMPSC	NR	SUB
2006	17.525.960	4.962.454	1.605.610	3.234.220	3.625.342	4.097.760
2007	16.535.617	4.492.879	1.661.949	3.071.029	3.424.580	3.885.180
2008	16.100.232	4.517.912	1.823.627	2.898.150	2.806.328	4.054.215
2009	15.714.721	4.458.041	1.681.250	3.102.208	2.692.602	3.780.620
2010						
2011	14.682.091	4.695.439	1.661.732	2.515.823	2.056.512	3.752.585
2012	13.781.590	4.238.875	1.652.303	2.485.223	1.710.927	3.694.262
2013	13.981.907	4.229.155	1.647.023	2.412.484	1.457.028	4.236.217
2014	14.466.415	4.477.473	1.714.217	2.255.792	1.591.908	4.427.025
2015	13.464.212	4.523.638	1.597.568	2.293.165	1.307.831	3.742.010
<b>Delta</b>	<b>-4.061.748</b>	<b>-438.816</b>	<b>-8.042</b>	<b>-941.055</b>	<b>-2.317.511</b>	<b>-355.750</b>
%	-23,2	-8,8	-0,5	-29,1	-63,9	-8,7

Nota: CP-EMP = conta própria e empregador; EMPC = empregado de carteira assinada; EMPSC = empregado sem carteira de trabalho; NR = não remunerado; SUB = empregado de subsistência.

Fonte: elaborado com dados de IBGE (2023a).

**Tabela 8.** Pnad-C – população ocupada na agropecuária, por posição na ocupação e categoria do emprego.

Ano	PO					
	Total	CP-EMP	EMPC	EMPSC	NR	SUB
2012	10.226.444	4.797.621	1.693.216	1.980.587	1.755.357	-
2013	10.071.161	4.756.458	1.618.070	1.967.395	1.728.617	-
2014	9.451.987	4.550.885	1.531.365	1.807.647	1.560.893	-
2015	9.297.835	4.531.722	1.528.059	1.760.562	1.479.507	-
2016	9.041.770	4.411.923	1.576.245	1.880.319	1.174.359	-
2017	8.463.641	3.975.538	1.479.477	1.896.188	1.115.166	-
2018	8.439.947	3.850.202	1.521.714	1.966.637	1.102.903	-
2019	8.449.401	3.853.315	1.529.912	2.010.755	1.057.239	-
2020	8.231.955	3.873.385	1.475.113	1.805.844	1.079.001	-
2021	8.824.969	4.251.186	1.502.883	1.972.962	1.101.049	-
2022	8.683.563	4.091.837	1.633.868	2.080.267	879.432	-
<b>Delta</b>	<b>-1.542.881</b>	<b>-705.784</b>	<b>-59.348</b>	<b>99.680</b>	<b>-875.925</b>	
%	-15,09	-14,71	-3,51	5,03	-49,90	

Nota: CP-EMP = conta própria e empregador; EMPC = empregado de carteira assinada; EMPSC = empregado sem carteira de trabalho; NR = não remunerado; SUB = empregado de subsistência.

Fonte: elaborado com base em IBGE (2023b).

estabelecimentos agropecuários, hipótese levantada com base nos demais censos e ressaltada pela Pnad (-8,8%).

## Conclusão

O estudo mostrou que os resultados médios da agropecuária escondem comportamentos opostos entre a agricultura familiar e a não familiar e também entre as grandes regiões do País. Tais comportamentos explicam o que está por trás das tendências aparentemente contraditórias exploradas nesta pesquisa.

Pela perspectiva das tipologias – agricultura familiar e não familiar –, observou-se que a notável redução da população ocupada (PO) na agropecuária brasileira ocorreu especificamente para a agricultura familiar. A queda de 1,4 milhão (8,8%) de trabalhadores da agropecuária entre 2006 e 2017 derivou da redução de 2,2 milhões para a agricultura familiar, concomitantemente ao aumento de 744 mil para a não familiar. O número de estabelecimentos, de fato, permaneceu praticamente inalterado, com redução de apenas 2%, ou 102 mil estabelecimentos. Mas essa estabilidade decorreu de movimentos opostos entre as tipologias: -10,7% (469 mil) para estabelecimentos familiares e expressivos 45% (366 mil) para os não familiares. Foi observado também

que, tanto para a agricultura familiar quanto para a não familiar, a PO média por estabelecimento caiu. Esse conjunto de resultados explica o que está por trás das tendências aparentemente contraditórias aqui exploradas: o número de estabelecimentos foi sustentado pelo crescimento marcante observado na agricultura não familiar – cujo uso de trabalho não aumentou na mesma magnitude. Ao contrário, na agricultura familiar, houve redução do número de estabelecimentos (-10,74%) e da PO média por estabelecimento (-8,04%), implicando, portanto, redução de quase 18% em sua PO total, o que causou a queda observada na PO da agropecuária como um todo.

Pela perspectiva regional, observou-se, da mesma forma, que a queda geral da PO entre 2006 e 2017 ocorreu sobretudo no Nordeste e no Sul, onde a agricultura familiar sofreu significativa redução. A PO cresceu no Norte e no Centro-Oeste, mas, em termos absolutos, os ganhos foram insuficientes para compensar as perdas nas demais regiões. Já a estabilidade do número total de estabelecimentos foi sustentada por avanços nas novas fronteiras agrícolas, no Norte e no Centro-Oeste, com estabelecimentos familiares e não familiares, bem como pelo aumento expressivo do número de estabelecimentos não familiares no Nordeste. Destaca-se um importante resultado: enquanto no Norte e no

Sul, os comportamentos do número de estabelecimentos e do número de trabalhadores foram similares – indicando que não houve mudança muito importante na intensidade do uso do trabalho –, no Nordeste e no Sudeste, essas dinâmicas revelaram tendência de importante redução da intensidade de uso do trabalho, ao passo que no Centro-Oeste ocorreu o contrário, com o número de pessoas crescendo mais do que o número de estabelecimentos.

Os dados da versão anual da Pnad, descontinuada em 2015, corroboraram a tendência de queda do número de pessoas ocupadas revelada pelo censo. A queda averiguada por essa pesquisa para o período de 2006 a 2015 é, inclusive, muito mais acentuada (-23,2%) do que a registrada pelo censo – diferença que não foi explorada nesta pesquisa. Já os dados da Pnad Contínua, que permitem analisar o período mais recente, mostraram que as tendências verificadas até então persistiram. O número de pessoas ocupadas na agropecuária caiu 15% entre 2012 e 2022.

## Referências

- ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; ROCHA, D. de P. Lucratividade da agricultura. *Revista de Política Agrícola*, ano21, p.45-63, 2012.
- BLANCO, C.; RAURICH, X. Agricultural composition and labor productivity. *Journal of Development Economics*, v.158, art.102934, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2022.102934>.
- BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, ano22, p.105-121, 2013.
- CHRISTIAENSEN, L.; RUTLEDGE, Z.; TAYLOR, J.E. **The future of work in agriculture: some reflections**. Washington: World Bank, 2020. (World Bank Policy Research Working Paper, 9193).
- CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S.; FERNANDES, L.L.; LIBARDONI, P.J. O consumo intermediário na agricultura: uma comparação entre agricultura familiar e não familiar no Brasil e nas regiões Sul e Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, v.45, p.63-81, 2014. Suplemento especial. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2014.499>.
- DELGROSSI, M.E.; BALSADI, O.V. Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: VIEIRA FILHO, J.E.R.; GASQUES, J.G. (Org.). **Uma jornada pelos contrastes do Brasil**. Brasília: Ipea, 2020. cap.14, p.205-218. Disponível em: <[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/201201\\_livro\\_uma\\_jornada\\_pelos\\_contrastes\\_do\\_brasil\\_cap14.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil_cap14.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- GARCIA, J.R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p.559-589.
- HELFAND, S.H.; PEREIRA, V.P.; SOARES, W.L. Pequenos e médios produtores na agricultura brasileira: situação atual e perspectivas. In: BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p.533-557.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Censos Agropecuários]. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em: 7 jun. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota Técnica: principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua**. 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101823.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – notas metodológicas**. Rio de Janeiro, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>>. Acesso em: 6 jun. 2023a.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 6 jun. 2023b.
- ILO. International Labour Organization. **Statistics on the population and labour force**. Disponível em: <<https://ilostat.ilo.org/topics/population-and-labour-force/>>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- JONES, C.I. The facts of economic growth. In: TAYLOR, J.B.; UHLIG, H. (Ed.). **Handbook of Macroeconomics**. Amsterdam: Elsevier, 2016. v.2, p.3-69. DOI: <https://doi.org/10.1016/bs.hesmac.2016.03.002>.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, v.33, 2013.
- SILVA, A.F.; SILVA, R.P.; MACHADO, G.C.; FACHINELLO, A.L. Potenciais na comercialização de produtos brasileiros da floricultura nos mercados doméstico e externo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 61., Piracicaba, 2023. **Anais**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/sober2023.627095>.